



ACÓRDÃO Nº1122/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12208/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Nhamundá
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Artur Paulain Gomes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2286/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Nhamundá. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Quitação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas da Câmara Municipal de Nhamundá, referente ao exercício de 2019, sob responsabilidade do Sr. Artur Paulain Gomes, com fundamento no art. 22, inciso II e art. 24, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;
- 10.2. **Determinar** ao gestor da Câmara Municipal de Nhamundá que:
 - 10.2.1 Justifique a realização de pregões, conforme imposição do art. 3º, inciso I da Lei n.º 10.520/2002;
 - 10.2.2 Encaminhe tempestivamente os balancetes, a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) a esta Corte de Contas, por força, respectivamente, da Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015, art. 49 e art. 63, II, "b" da LRF c/c art. 32, II, "h" da Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções TCE nº 15/2013 e nº 24/2013 (art. 18);
- 10.3. **Dar quitação** ao gestor, Sr. Artur Paulain Gomes, na forma do art. 24 da Lei n.º 2.423/96;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1122/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4. Dar ciência ao Sr. Artur Paulain Gomes;

10.5. Arquivar o presente processo nos termos regimentais.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Novembro de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em substituição

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral